DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Proseftur Corretora de Câmbio Ltda**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 30 de junho de 2024.

O prejuízo do semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 330 mil.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Corretora de cambio Ltda** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 30 de junho de 2024, os limites operacionais **da Corretora**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA



CEP: 13208-056



Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 3, 1301 a 1305 Rio de Janeiro, RJ Brazil

Tel +55 21 3030 4662 Email info@uhy-br.com Web www.uhy-br.com

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da PROSEFTUR CORRETORA DE CÂMBIO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PROSEFTUR CORRETORA DE CÂMBIO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROSEFTUR CORRETORA DE CÂMBIO S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



a. Receitas em Operações de Câmbio

Porque é um PAA

A receita da Corretora origina-se de operações de câmbio, operações essas sujeitas a um conjunto rigoroso de normas contábeis e regulamentos. O reconhecimento da receita de operações de câmbio envolve contratos complexos, com múltiplos elementos e riscos inerentes a flutuações cambiais. Isso requer um elevado nível de julgamento profissional para assegurar que os registros estejam de acordo com os princípios contábeis aplicáveis. Tendo em vista que receita é um dos principais indicadores de desempenho de uma Corretora e é cuidadosamente observada por seus *stakeholders*, consideramos essa uma área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos, avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles internos chaves adotados pela Corretora que possam afetar as operações de câmbio, identificando os riscos associados ao reconhecimento das receitas e avaliando a materialidade dessas transações para as demonstrações contábeis. Com base em amostragem, avaliamos a documentação relacionada àquelas operações para verificar a precisão dos termos e condições que afetam o reconhecimento de receitas. Realizamos também, procedimentos de comparação das taxas de câmbio usadas nas transações com taxas de mercado ou outras fontes confiáveis para assegurar a precisão. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 5 e 8 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração das operações de câmbio ativas e passivas, assim como as receitas de operações de câmbio auferidas no respectivo semestre, e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2024.

UHY BENDORAYTES & CIA. Auditores Independentes CRC 2RJ 0081/O-8

CEYSA BENDORAYTES E SILVA

Contadora

CRC 1RJ 091330/O-5

CNPJ(ME) 40.333.582/0001-42

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

ATIVO	NE	30/06/24	31/12/23
CIRCULANTE		6.634	2.842
DISPONIBILIDADES	4	1.924	1.826
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.292	802
Carteira de câmbio	5.1	4.292	802
OUTROS ATIVOS		418	214
Outros créditos - Diversos		395	194
Despesas antecipadas		23	20
NÃO CIRCULANTE		320	333
INVESTIMENTOS		3	3
Outros investimentos		3	3
IMOBILIZADO DE USO		100	110
Outras imobilizações de uso		153	153
(Depreciações acumuladas)		(53)	(43)
INTANGÍVEL		217	220
Ativos Intangíveis		224	224
(Amortização acumulada)		(7)	(4)

CNPJ(ME) 40.333.582/0001-42

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

PASSIVO	NE	30/06/24	31/12/23
CIRCULANTE		6.470	2.361
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.758	1.766
Relações interdependências		473	965
Carteira de câmbio	5.1	4.285	801
OUTROS PASSIVOS		1.712	595
Sociais e estatutárias		395	-
Fiscais e previdenciárias		56	76
Diversas	6	1.261	519
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		484	814
Capital:	7.1	3.700	3.700
De Domiciliados no país		3.700	3.700
(Prejuízos acumulados)		(3.216)	(2.886)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.954	3.175

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

CNPJ(ME) 40.333.582/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	NE	30/06/24	30/06/23
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1.684	1.590
Resultado de operações de câmbio	8	1.684	1.590
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINA	NCEIRA	1.684	1.590
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS	3	(2.014)	(2.257)
Receitas de prestação de serviços		-	2
Despesas de pessoal	9	(579)	(863)
Outras despesas administrativas	10	(1.175)	(1.290)
Despesas tributárias	11	(82)	(77)
Outras receitas operacionais		8	2
Outras despesas operacionais	12	(186)	(31)
RESULTADO OPERACIONAL		(330)	(667)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O E PARTICIPAÇÕES) LUCRO	(330)	(667)
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(330)	(667)
Nº de cotas:		3.700.000	3.700.000
Prejuízo por cotaR\$		(0,09)	(0,180)

A DIRETORIA REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

CNPJ(ME) 40.333.582/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023	Valores em R\$ 1.000	
	30/06/24	30/06/23
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(330)	(667)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(330)	(667)

A DIRETORIA REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

CNPJ(ME) 40.333.582/0001-42

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

Semestre de 01/01/24 a 30/06/24			
	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/24	3.700	(2.886)	814
Prejuízo do semestre	-	(330)	(330)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/24	3.700	(3.216)	484
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(330)	(330)
Semestre de 01/01/23 a 30/06/23			
	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/23	3.000	(1.886)	1.114
Aumento de capital Prejuízo do semestre	700 -	- (667)	700 (667)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/23	3.700	(2.553)	1.147
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	700	(667)	33

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

CNPJ(ME) 40.333.582/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	30/06/24	30/06/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(330)	(667)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	13	11
	(317)	(656)
Variação de Ativos e Obrigações	418	791
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(3.490)	(6.093)
(Aumento) redução de outros ativos	(204)	(25)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	2.992	6.206
Aumento (redução) em outros passivos	1.120	703
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	101	135
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Imobilizado de uso	(3)	-
Inversões líquidas no intangível	-	(37)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3)	(37)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	-	700
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	700
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	98	798
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.826	2.035
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.924	2.833

A DIRETORIA REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A PROSEFTUR CORRETORA DE CÂMBIO S.A. ("Corretora"), foi constituída por tempo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 11 de janeiro de 2021, e tem como objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e demais entidades reguladoras.

Adequação das operações aos objetivos estratégicos: Os produtos e operações realizadas pela Corretora estão adequados aos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Negócios da Instituição e em conformidade com a Resolução nº 4.122/12 do CMN. Em 30 de junho de 2024 o prejuízo do exercício está relacionado principalmente, aos investimentos em tecnologia e automatização de processos necessários ao bom desenvolvimento dos negócios, os quais estão dentro das expectativas da administração.

- √ Implementamos a aplicação web para acompanhamento e gestão dos nossos parceiros;
- ✓ Em fase de homologação nossa aplicação que irá digitalizar os documentos necessários nos contratos de câmbio (tecnologias OCR e IA), mitigando possíveis erros de digitação e aumentando a produtividade e já em produção.
- ✓ Em desenvolvimento solução Web e mobile de cotação automática para operação interna e já em produção e clientes / parceiros. Go-live da versão I previsto para Out-24 e demais versões até dez-24;
- ✓ Integração SPB com sistema de boletagem Exchange; Go-live da versão homologação I início de nov. -24

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BCB, e de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

A Administração avaliou a capacidade da Instituição em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Instituição foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, foram aprovadas em 05 de agosto de 2024.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

3.2. Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários:
- Títulos mantidos até o vencimento adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Relações interdependências

Representados por recursos em trânsito de terceiros por ordens de pagamentos em moedas estrangeiras.

3.3. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição, e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens e, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária sendo: 10% a.a. p/ Moveis e Equipamentos de Uso, Instalações, Sistemas Comunicação-Equipamentos e 20% a.a. para Sistemas de Processamento de Dados. O intangível está representado por Desenvolvimento de Sistemas Informatizados, sendo amortizados a alíquota de 20% a.a.

3.4 Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados "*pro rata*" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução Bacen nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Passivos contingentes

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Corretora é ré em um auto de Infração com valor atualizado de R\$ 2.000 para o qual foi apresentada defesas na esfera judicial. A contingência foi avaliada pelos advogados com probabilidade de perda possível e não são reconhecidas contabilmente.

Provisões

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente da probabilidade de perda.

3.6. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda; e, para a contribuição social as alíquotas estão elencadas conforme abaixo:

A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.183/2021, é calculada à alíquota de:

- a) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021;
- b) 15% do período de 01/01/2021 até 30/06/2021;
- c) 15% do período de 01/01/2022 até 31/07/2022;
- d) 16% a partir de 01/08/2022 até 31/12/2022;
- e) Retornando para 15% a partir de 01/01/2023.

As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, os quais



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

não estão constituídos como ativo diferido por não se enquadrarem nos requisitos para registro determinado pelo regulador Bacen. Assim como o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais.

3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4924/21 que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos ("*impairment*"), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas.

No semestre encerrado em 30 de junho e 2024 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.8. Resultado recorrente e não recorrente

A Empresa considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da corretora. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no semestre encerrado em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e não houve resultados não recorrentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas por caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e/ou estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	159	840
Reservas livres	1.291	22
Disponibilidade em moeda estrangeira	474	964
Total	1.924	1.826



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

5. Instrumentos financeiros

5.1 Carteira de câmbio

	30/06/2024	31/12/2023
Ativo		
Cambio comprado a liquidar	1.980	399
Direto sobre venda de cambio	2.149	403
Cambio cpa a liquidar - exportação	163	
Total	4.292	802
Passivo		
Cambio vendido a liquidar	2.144	399
Obrigações por compras de câmbio	2.141	401
Obrigações por vendas realizadas	-	1
Total	4.285	801

5.2 Relações interdependências

Em 30 de junho de 2024 estão representados por ordens de pagamentos em moedas estrangeiras no montante de R\$ 473 (R\$ 965 em 31 de dezembro de 2023).

6. Outros passivos - Diversos

30/06/2024	31/12/2023
-	4
117	107
22	29
1.122	379
1.261	519
	117 22 1.122

⁽a) Representado substancialmente por diversos valores a pagar de liquidações de cambio D+1.

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

O capital social, é de R\$ 3.700 (R\$ 3.700 em 30 de junho de 2024), dividido por 3.700.000 (3.700.000 em 31 de dezembro de 2023) de cotas no valor nominal de R\$1,00, totalmente subscrito e integralizado por cotistas domiciliados no país.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

No dia 26 de abril do ano de 2023 houve um aumento de capital de R\$ 700, assim o capital social foi de R\$ 3.000 para R\$ 3.700, com a emissão de 700 novas cotas, totalmente subscrito e integralizado por cotistas domiciliados no país. Este aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 15 de junho de 2023.

8. Receitas de operações de câmbio

	30/06/2024	30/06/2023
Receitas		
Rendas de câmbio	2.798	2.823
Despesas		
Despesas de câmbio	(1.114)	(1.233)
Total	1.684	1.590

9. Despesas de pessoal

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Honorários	(17)	(16)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(109)	(10)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(109)	(161)
Despesas de Pessoal - Proventos	(338)	(476)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(5)	(77)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1)	(4)
Total	(579)	(863)

10. Outras despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(4)	(2)
Despesas de Aluguéis	(29)	(28)
Despesas de Comunicações	(18)	(20)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(2)	(6)
Despesas de Material	(1)	(2)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Total	(1.175)	(1.290)
Despesas de Depreciação	(11)	(10)
Despesas de Amortização	(2)	(1)
Outras Despesas Administrativas	(30)	(41)
Despesas de Viagens no país	(2)	(5)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(281)	(356)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(403)	(347)
Despesas de Seguros	(2)	(3)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(50)	(64)
Despesas de Promoção e Relações Públicas	(1)	(3)
Despesas de Processamento de Dados	(339)	(402)

11. Despesas tributárias

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas Tributárias	(3)	(3)
Despesas de Contr. Ao Cofins	(68)	(64)
Despesas de Contr. Ao PIS	(11)	(10)
Total	(82)	(77)

12. Transações com partes relacionadas

Empréstimo de socio

Em junho de 2024 a Corretora possuía saldo a pagar referente a empréstimo com socio Thiago Gomes Hilario de Oliveira.

Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre encerrado em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 17 (R\$ 16 em 30 de junho de 2024), a qual é considerada benefício de curto prazo.

13. Cobertura de Seguros

A Corretora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

14. Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Em cumprimento à legislação específica e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro; esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos.

15. Gerenciamento de risco

A Gestão de Riscos na Corretora conta com quatro frentes de atuação: gestão de risco de mercado, operacional, liquidez e crédito. A gestão de risco é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

a) Risco de mercado

A Gestão de riscos de mercado implica no monitoramento e a revisão das taxas de juros relacionada às atividades de transferência de valores, por aprovar contrapartes, designar taxas de risco internas e estabelecer limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

b) Risco operacional

A natureza dos negócios da Corretora é caracterizada por um pequeno número de operações que totalizam no mês uma média de 700 operações e depende de seus sistemas de processamento de dados e de tecnologias operacionais. A Gestão de risco operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas. A Corretora revisa periodicamente os controles internos e procedimentos, adequando quando necessário de modo a minimizar possibilidades de erros ou falhas nos processos internos.

c) Risco de liquidez

É gerenciado de forma a manter a capacidade de liquidação das obrigações por pagamentos e retenção de ativos de alta qualidade e liquidez contra situações de crise e, portanto, estabelecer uma estrutura sólida tanto financeira quanto operacional. A Corretora administra o risco de liquidez utilizando vários métodos tais como: testes de stress, descasamento de vencimentos e limite mínimo de disponibilidades.

d) Risco de crédito

Entende-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Corretora está preparada para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados aos créditos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.



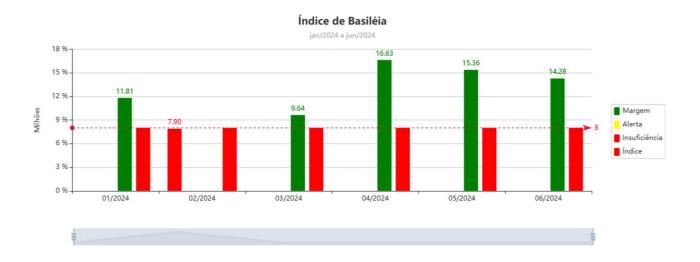
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

16. Acordo de Basiléia (limite operacional) – Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência ("PR") compatível com os riscos de suas atividades.

O índice de Basileia para 30 de junho de 2024 foi de 14,28% (74,67% em 31 de dezembro de 2023).



a) Índice de adequação do capital

Em 30 de junho de 2024, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) foi de 14,28% (74,67% em 31 de dezembro de 2023). A variação apresentada é decorrente do aumento da exigência de capital para as parcelas de risco operacional, ocasionado pelo resultado apresentado em 2023, e risco de crédito, pelo aumento das operações; outro fator relevante foi a redução do Patrimônio de Referência, ocorrido em função do resultado apresentado no segundo trimestre de 2023.

Ativos ponderados pelo risco RWA (Risk Weighted Asset) Patrimônio de referência para comparação com RWA Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA **Indice de Basileia**

30/06/2024	31/12/2023
4.632	797
661	595
371	64
14,28%	74,67%

24/42/2022

20/06/2024



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

17. Ouvidoria

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.860, de 23 de outubro de 2020 do Banco Central do Brasil.

18. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Instituição não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

19. Eventos subsequentes

Em 05 de agosto de 2024, foi iniciado a amortização referente o lançamento da nova marca do "Sistema de Boletagem".

Conforme ATA de assembleia geral extraordinária realizada em 07 de agosto de 2024, foi deliberado a alteração da denominação social de PROSEFTUR CORRETORA DE CÂMBIO S.A. para SAYGO CORRETORA DE CÂMBIO S.A. e a inclusão do nome fantasia com a seguinte expressão "SAYGO CÂMBIO"

SANDRO JULIANO
VICENTE:21828280879

Assinado de forma digital por SANDRO JULIANO VICENTE:21828280879 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Presencial, ou=13075037000120, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,

ou=(em branco), cn=SANDRO JULIANO VICENTE:21828280 Dados: 2024.08.30 13:09-53 -03'00' Versão do Adobe Acrobat Reader: 2024.003.20054

Sandro Juliano Vicente

Diretoria

REINALDO

DANTAS: 7689559980

REINALDO DANTAS: 76895599800

REINALDO DANTAS: 76895599800

0

Reinaldo Dantas

Contador CRC - 1SP 110330/O-6